

CATEGORIAS “ESTADO” E “POLÍTICAS PÚBLICAS” EM ARTIGOS A2/B2 NA ÁREA INTERDISCIPLINAR

CATEGORIES “STATE” AND “PUBLIC POLICY” IN A2/B2 ARTICLES IN INTERDISCIPLINARY AREA

Glaucia Mayara Niedermeyer Orth¹, Danuta Estrufika Cantóia² e Luiz Daniel Roberto Vega Torres³

RECEBIDO EM:20/09/2016 | APROVADO EM:08/07/2017

DOI: 10.5902/2317175824061

RESUMO

O artigo tem como objeto de estudo o debate contemporâneo sobre Estado e Políticas Públicas nos artigos publicados na área interdisciplinar no período de 2012 a 2014. O debate foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória, tendo por campo empírico o portal de periódicos da CAPES, em revistas com *qualis* A2 e B2. Os procedimentos metodológicos são pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. As categorias centrais da pesquisa são Estado e Políticas Públicas, seguidas de orientações teóricas e metodológicas que nortearam a elaboração deste trabalho, objeto de pesquisa, concepção pertinente ao objeto, aos objetivos, metodologia de pesquisa empregada e resultados alcançados com a pesquisa publicada. Como resultados, foi possível encontrar uma ausência de profundidade no debate teórico sobre a categoria Estado, ao passo que a prática e teoria de Políticas Públicas se destacam na área de saúde.

Palavras-chave: Estado; Políticas Públicas; Interdisciplinaridade; Artigos científicos; Análise de conteúdo.

1 Possui graduação em Psicologia, pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2010), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela mesma Universidade. Atualmente, é Psicóloga da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. E-mail: glau_orth@hotmail.com.

2 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1985), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Curso de Serviço Social e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas). E-mail: danutaluiz88@gmail.com.

3 Possui graduação em Sociología - Universidad Nacional de Colombia - Bogotá (2010) e mestrado em Maestría en Historia - Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia (2014). Atualmente é doutorando em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e docente investigador - Fundación Universitaria Juan de Castellanos. E-mail: drvegat@unal.edu.co.

ABSTRACT

The article has as an object of study the contemporary debate on State and Public Policy in articles published in interdisciplinary area in the period from 2012 to 2014. It was made from an exploratory research, with the empirical field the CAPES portal, in journals with qualis A2 and B2. The methodological procedures are bibliographic research and content analysis. The central categories of research are State and Public Policy, followed by theoretical and methodological orientations that guided the preparation of this work, the research object, the relevant design the object, objectives, used research methodology and the results achieved with the published research. As a result, it was possible to find a lack of depth in the theoretical debate about the state category, while the practice and theory of public policy stand in the health area.

Keywords: *State; Public Policy; Interdisciplinary; Scientific articles; Content analysis.*

1 Introdução

O Núcleo de Estudo e Pesquisas "Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais" do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, desenvolve desde 2009 processos de pesquisa continuada. Em 2015, a intenção foi promover um estudo sobre as concepções de Estado e Políticas Públicas presentes nas teses, dissertações e artigos científicos da área interdisciplinar, especificamente na Câmara de Sociais e Humanidades.

O debate sobre Estado e Políticas Públicas envolve a interlocução de novos e diferentes saberes. Nada mais oportuno do que averiguar como esse debate se apresenta na área interdisciplinar.

Assim, o problema de pesquisa que orientou a investigação foi: qual é o debate contemporâneo, no contexto das Ciências Sociais Aplicadas, acerca de Estado e Políticas Públicas nos trabalhos acadêmicos interdisciplinares do período de 2012 a 2014, notadamente no que se refere à concepção, objeto, metodologia empregada e aos resultados alcançados? Para dar conta de responder a esse questionamento, a equipe do núcleo de estudo e pesquisa foi dividida: uma equipe abordou a questão em artigos com *qualis* A1, outra em B1, e outra, ainda, em teses e dissertações. O presente artigo ficou responsável por responder à questão com base nas publicações de periódicos interdisciplinares, com *qualis* A2 e B2⁴.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a produção bibliográfica sobre as concepções de Estado e Políticas Públicas disponíveis nas teses, dissertações e artigos de revistas na área interdisciplinar no período de 2012 a 2014. E, como objetivos específicos, verificar o debate contemporâneo nas produções sobre Estado e Políticas Públicas, identificar os resultados apresentados,

⁴ Conforme o portal de periódicos da CAPES, a classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicadores da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (BRASIL, 2014).

categorizando os resultados encontrados acerca das concepções de Estado e Políticas Públicas presentes nos anos em questão nesta pesquisa.

Para dar conta dos objetivos propostos para a pesquisa, o artigo está estruturado numa breve revisão de literatura sobre Estado e Políticas Públicas, como pano de fundo à análise da pesquisa realizada, em procedimentos metodológicos, que apresentam o caminho percorrido para a organização dos dados de pesquisa e, por fim, no debate contemporâneo sobre Estado e Políticas Públicas encontrado nos artigos de *qualis* A2 e B2, na área interdisciplinar.

2 O Estado e sua natureza contraditória

O debate sobre Estado traz à tona uma dificuldade, considerando as diferentes vertentes teóricas que trabalham sua concepção. Neste texto a preocupação é demarcar o Estado enquanto arena social e historicamente construída a partir das relações com a sociedade civil, sendo, portanto, espaço de conflitos e interesses de classes sociais. Considera-se que não é possível refletir sobre o Estado e seu papel frente às relações sociais sem reconhecer a perspectiva da Teoria Social de Marx que considera a luta de classes. Fleury (1994, p.11) observa que a:

[...] esfera do social constitui-se em *locus* privilegiado para se desvendar a contradição principal que movimenta esta sociedade. Isto porque a crescente intervenção estatal por meio das políticas sociais é em si mesma a manifestação da natureza contraditória do capitalismo, que tem origem na necessidade do Estado de atuar como forma de atenuação dos efeitos mais destrutivos da ordem capitalista sobre os fatores de produção, mas cuja intervenção torna-se, por sua vez, elemento de potencialização e agudização da contradição básica deste modo de produção entre a socialização das forças produtivas e a apropriação privada da riqueza social.

Segundo Pereira (2009, p. 146) tal aspecto nos leva a refletir que o Estado é “[...] um conceito complexo, é um fenômeno histórico e relacional”. Nesta esteira afirma:

Por ser um processo histórico que contempla passado, presente e futuro, além da coexistência de antigo e novos fatores e determinações, a relação exercitada pelo Estado tem caráter dialético – no sentido de que propicia um incessante jogo de oposições e influências recíprocas entre sujeitos com interesses e objetivos opostos. Ou, em outros termos, a relação dialética realizada pelo Estado comporta simultaneamente antagonismos e reciprocidades e, por isso, permite que forças desiguais e contraditórias se confrontem e interajam de forma que uma deixa sua marca na outra e ambas contribuem para um resultado final.

Da relação contraditória com a sociedade, cabe destacar, no exercício de suas funções, que "[...] o Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes [...]" (PEREIRA, 2009, p. 146). Busca atender diferentes demandas e reivindicações, inclusive contraditórias, exercendo a coerção e o poder autoritário, atendendo interesses de diferentes segmentos de classe social ou, em certos contextos e momentos históricos, desenvolver políticas de proteção social, objetivando atender às reivindicações da classe trabalhadora. (PEREIRA, 2009)

Sendo assim, o Estado, apesar de possuir autonomia relativa, em relação à sociedade e à classe social com a qual mantém maior compromisso e identificação, tem que se relacionar com todas as classes sociais para se legitimar e fortalecer a sua base material de sustentação. Além disso, não se pode esquecer que ele é criatura da sociedade, pois é esta que o engendra e o mantém e não o contrário. (PEREIRA, 2009, p. 147)

Portanto, o Estado em um contexto capitalista se constitui em uma arena tensa e contraditória, em que interesses do capital financeiro se contra-põem permanentemente aos interesses dos trabalhadores. No confronto de interesses, a hegemonia do capital se sobrepõe, exigindo das classes trabalhadoras permanente processo de luta para garantia de seus direitos sociais ou ampliação dos mesmos.

[...] o Estado não é um campo neutro em que impera o interesse geral; constitui-se como uma arena de lutas em que se colocam em disputa os diferentes interesses que revelam a divisão da sociedade em classes e um sistema de dominação política. É a própria interdependência entre as classes sociais que torna necessária a existência de uma esfera de pactuação política capaz de organizar as relações sociais. (BATTINI; COSTA, 2007, p. 21-22)

As Políticas Públicas retratam as relações de pactuação estabelecidas entre Estado e as lutas sociais travadas ao longo da história para garantir direitos sociais. Battini e Costa (2007) preocupam-se em estabelecer diferenças entre Estado e governo para melhor compreensão da dimensão das Políticas Públicas. O Estado garante "[...] organização política à sociedade. Já o governo é corpo intermediário entre Estado e cidadão. Tendo como função realizar o exercício do poder político conforme foi pactuado na constituição do Estado" (BATTINI; COSTA, 2007, p. 22). Assim, o governo é o responsável por garantir, através das Políticas Públicas, os direitos dos cidadãos.

No entanto, buscando ampliar a compreensão da relação entre Estado e sua responsabilidade frente às demandas dos cidadãos na busca da consolidação da cidadania, é necessário enfatizar que "[...] interesses tanto dos representantes do capital, em se reproduzir e se ampliar à custa do trabalho, quanto dos trabalhadores, em partilhar da riqueza acumulada e influir no blo-

co do poder” convivem em uma relação conflituosa e de disputa por espaços de decisão e de expressão política. (PEREIRA, 2009, p. 293)

Nesse sentido, o Estado representa mais do que um conjunto de instituições com autoridade para tomar decisões, e com poder coercitivo, pois se configura também como *uma relação de dominação*, que deve ser controlada pela sociedade. Da mesma forma, o Estado é mais do que *governo*, pois se, por um lado, seus sistemas administrativos, legais e coercitivos (policiais) o diferenciam da sociedade estabelecem formas particulares de relações com ela, por um lado, esses mesmos sistemas penetram na sociedade influenciando a formação de relações no interior dessa. É por isso que se diz que o Estado é ao mesmo tempo uma *relação de dominação*, ou a expressão política da dominação do bloco de poder, e um *conjunto de instituições* mediadoras e reguladoras dessa dominação. (PEREIRA, 2009, p.293)

É inegável o papel do Estado na garantia de direitos, e é nas relações que estabelece com a sociedade que exerce tanto papel de dominação e coerção, quanto busca alternativas consensuais para atender as demandas das classes trabalhadoras e conquistar legitimidade frente à essa mesma sociedade. Levando em consideração as diferentes interfaces que estão relacionadas ao Estado e, conseqüentemente, às Políticas Públicas, Sonia Fleury (1994) apresenta o debate contemporâneo do Estado em relação à sociedade, que pode ser, assim, classificado:

a) o *Estado como instrumento*, que é a concepção leninista na qual o “Estado se acha reduzido a um instrumento da classe dominante na consolidação de sua dominação política e exploração econômica” (p. 14);

b) o *Estado como derivação*, que diferente do anterior, expõe a tese de o Estado ser um agente indireto dos interesses capitalistas, apresentando-se como um regulador reativo do capital e do trabalho, enfim, o resultado de uma contradição;

c) o *Estado como seletividade estrutural*, que faz referência à tese de Claus Offe, em que o Estado recebe a estrutura formal da sociedade democrática representativa, e constitui o conteúdo da estrutura de acumulação do capital;

d) o *Estado ampliado* na teoria de Gramsci, no qual existe uma correlação de forças que constituem um bloco histórico (estrutura/superestrutura), que consiste em ir além da economia para entender a realidade do Estado em sua forma política e militar;

e) o *Estado como relação* traz a contribuição de Poulantzas para o debate marxista, “o Estado baliza desde então o campo das lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio do político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão do trabalho [...]” (p. 31);

f) o *Estado de Bem Estar Social* que, na proposta de Keynes, deve intervir na economia, a fim de estimular o consumo, aumentando o número de empre-

gos. A intervenção estatal se dá com a finalidade de corrigir as imperfeições do mercado, tirando o capitalismo da cíclica crise em que se encontra. O Estado de Bem Estar Social intervém na vida dos particulares a fim de suportar a permanência do capitalismo. Em alguns países a sua intervenção é maior do que em outros;

g) O *Estado Neoliberal*, a partir de Hayek, defende a liberdade como valor supremo e assevera a mínima intervenção do Estado na vida dos particulares como forma de manter livre as relações econômicas. O Estado é mínimo e intervém, apenas, para manter o desenvolvimento econômico. O Estado Neoliberal retoma o Estado Liberal proposto no século XVIII, no contexto do Absolutismo, que naquela época buscava a limitação da intervenção estatal na vida dos indivíduos;

h) por fim, o *Estado consensual*, que apresenta a contribuição de Habermas na ideia de um Estado onde não se conceba a violência como legítima na instituição do poder, mas o consenso, pois o "[...] poder legítimo origina-se das convicções comuns que se formam num processo de comunicação não coercitiva" (p. 37).

De forma geral, a ideia de Política Pública tem uma relação direta às formas de compreender o Estado, pois é uma parte e resultado da contradição entre capital e trabalho por um lado, e pelo outro a contradição entre Estado e sociedade civil. As Políticas Públicas, portanto, carregam em sua natureza os encargos contraditórios das relações que se dão entre os diferentes interesses de classes sociais.

3 Políticas Públicas: elementos de definição e caracterização

Para uma definição ou análise do tema Políticas Públicas, assim como para o tema do Estado, se pressupõe fazê-las a partir de uma perspectiva teórica metodológica como paradigma de análise, pois estas são expressões dos processos político-societários mais amplos. Ou seja, a partir da concepção e/ou entendimento que se tem de Estado será, por consequência, o entendimento ou definição de Políticas Públicas.

Diante desse pressuposto, pode-se afirmar que não há uma única definição do que são Políticas Públicas, mas grosso modo são entendidas como "[...] um conjunto de ações do governo⁵ que irão produzir efeitos específicos [...] soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos" (SOUZA, 2006, p. 24).

As Políticas Públicas são consideradas como diretrizes das ações governamentais que expressam as formas de relacionamento do Estado com a Sociedade Civil. Ou, melhor dizendo, se constituem como mediações entre ambos. Mediações permeadas por relações de poder que se constituem num campo de forças e contradições, portanto pode haver embates vinculados a diferentes

5 Há que se esclarecer que Estado e governo são coisas distintas: "[...] Estado não é uma entidade monolítica, pois é estruturado por diversas instituições de governo (executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público) que fazem a intermediação dos interesses diferentes dos diversos grupos sociais [...]. Por governo entendemos o conjunto de indivíduos que orientam os rumos da sociedade, pois ocupam posições na cúpula do Estado. Quem está no governo exerce o poder político [...]" (RODRIGUES, 2010, 17-19).

interesses e intenções de ambos os lados, tanto na definição quanto nos objetivos que as Políticas Públicas se destinam. O próprio termo já expressa: Políticas Públicas – são atividades políticas; é a política colocada em prática, pressupõem decisões políticas, estratégias, táticas para o alcance dos objetivos propostos.

Política Pública é o processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum. (RODRIGUES, 2010, p.13)

Por estas terem característica e natureza relacional, expressam também relações de poder e tendências que se fazem presentes no modelo de Estado que os governos eleitos possuem, pois exprimem as plataformas eleitorais utilizadas pelos governos em suas campanhas. Podem ser de caráter mais democrático ou centralizador, podem ser caracterizadas por seu caráter elitista (elaborados por técnicos, centralizadas nas elites vinculadas aos governos) ou podem ter características mais populares (quando são formuladas a partir de influências ou coalizões de segmentos organizados da sociedade civil).

Nas últimas três décadas, no Brasil, tem sido recorrente a publicização de questões que envolvem a sociedade e que precisam da presença do Estado para atender e gerir tais demandas, devido aos preceitos de democracia e de direitos que normatizam a Constituição Federal de 1988 e que repercutem na necessidade de democratização do Estado brasileiro.

Quanto maior a publicização, o debate público sobre demandas e a necessidade de formulação de políticas a partir das mesmas, maior a chance dessas políticas cumprirem com o que se destinam. O Estado/governo, por sua vez, precisa atender às demandas para manter sua posição hegemônica e cumprir com a sua função de zelar pelo “interesse geral”, legitimando a necessidade de sua existência. Aqui o caráter relacional e de poder expressos nas Políticas Públicas se mostra mais evidente.

Outro aspecto a ser considerado quando se discute Políticas Públicas, é o menor poder de decisão autônoma dos Estados quanto às ações em seus territórios, devido às influências do cenário internacional da globalização e das diretrizes dos órgãos de financiamento. Um elemento determinante nesse contexto é a presença da perspectiva neoliberal que preconiza a minimização do Estado diante das expressões da questão social e dos mecanismos de proteção social.

É neste terreno conflituoso que a conjuntura brasileira se defronta e define suas Políticas Públicas nas últimas décadas: por um lado a perspectiva de positividade dos direitos sociais previstos na Constituição Federal brasileira de 1988 que amplia direitos e proteção social; e por outro a perspectiva muito forte do capital mundial e também nacional em contrariar a positividade de um Estado Democrático de Direito, objetivando a instauração de um Estado mínimo.

4 Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa de tipo descritiva com enfoque misto ou quali-quantitativo, e com metodologia de análise de conteúdo, que se valeu da seleção de artigos no portal de periódicos da CAPES para alcançar seus resultados de pesquisa. A seleção de artigos referente a "Estado e Políticas Públicas" percorreu o seguinte caminho: a) Foi realizada uma pesquisa avançada, preenchendo como palavras-chave "Estado e Políticas Públicas", delimitado o período de 2012 a 2014; b) Refinamento da busca para artigos em língua portuguesa. Essa busca gerou 370 artigos, que foram, ainda, refinados, para atender ao critério de revistas interdisciplinares com *qualis* A2 e B2.

Ao todo, foram selecionados 19 artigos que atenderam aos critérios, porém, dois foram eliminados, pois se tratavam de resumos expandidos. Ao total, 17 artigos de revistas interdisciplinares de *qualis* A2 e B2, cujo conteúdo girava em torno de "Estado e Políticas Públicas", foram utilizados para a análise e discussão de resultados. Os dados dos artigos selecionados foram tratados pelo programa SPHINX, o que permitiu uma forma de análise dos dados de tipo léxico e quantitativo. De tipo léxico permite fazer uma análise dos conceitos e sua relação dentro do contexto de cada um dos artigos, e de forma quantitativa na identificação das frequências e posições das palavras.

A análise realizada seguiu os passos da análise de conteúdo, que abordou os seguintes aspectos ou variáveis: A) Objeto: a necessidade ou o problema a que o autor se refere ao tratar do tema "Estado e Políticas públicas". O objeto foi classificado/discriminado com base no título, palavras-chave e objetivos da pesquisa. B) Metodologia da pesquisa: identificou, em linha com os problemas e objetivos, como a investigação se desenvolveu, conceitos ou variáveis que o autor usou, os instrumentos utilizados e a análise realizada. C) Resultados Alcançados: contribuições ou perguntas que trouxeram subsídios para o prosseguimento do trabalho de pesquisa sobre a questão do Estado e das Políticas Públicas.

Os instrumentos desta pesquisa foram formulários utilizados para registrar e organizar informações. Os formulários eram compostos de três partes: a) identificação do trabalho, b) objeto e metodologia, e c) resultados, onde se incluíam as contribuições relevantes para a análise, considerando os critérios já definidos para a seleção de artigos.

O processo de análise esteve embasado nos pressupostos trazidos por Bardin (1977) e contemplou as seguintes etapas: 1) *Organização*: Em uma primeira etapa, um processo de organização de dados considerou os dados homogêneos e consistentes relativos à delimitação do objeto. Neste caso, o registro foi feito em planilhas (Excel) o que permitiu a organização de acordo com as variáveis escolhidas; 2) *Classificação*: Na segunda etapa, foi feito um balanço das concepções dos autores sobre "Estado e Políticas Públicas", agrupamento de objetos, como o desenvolvimento de metodologias semelhantes

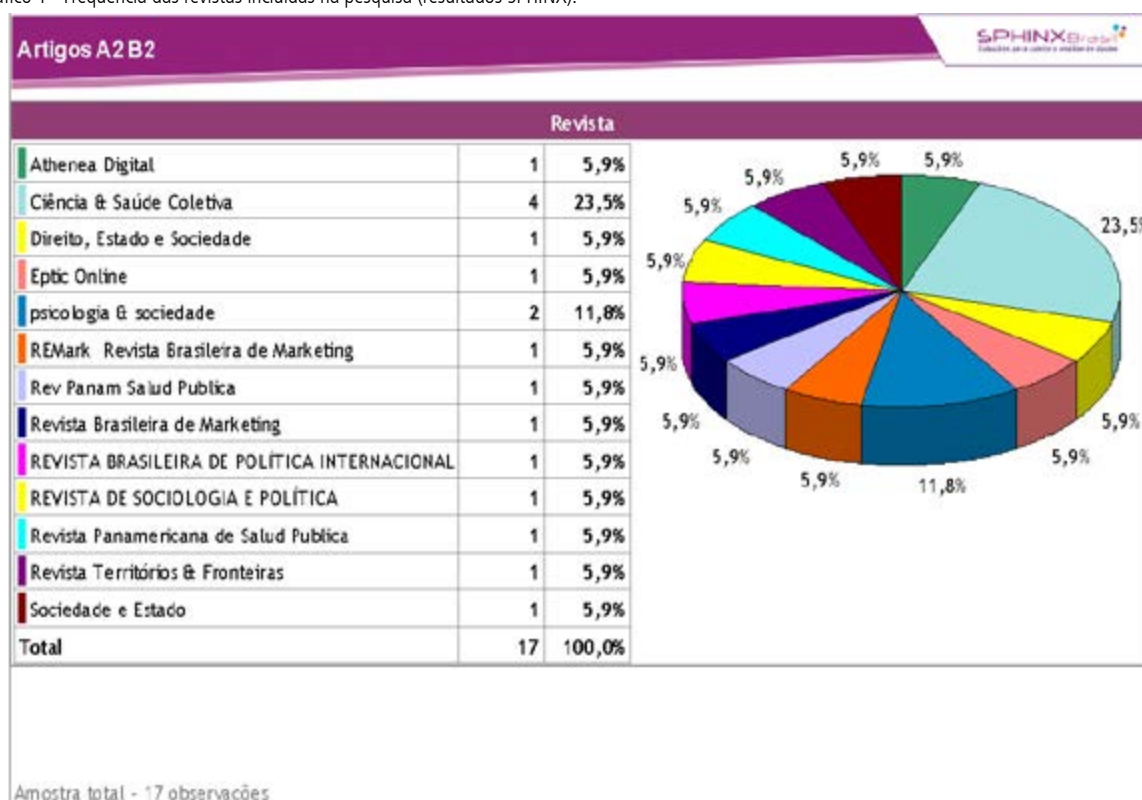
e as diferenças de abordagens; 3) *Categorização*: finalmente, depois de ordenação e agrupamento, uma síntese dos textos foi apresentada para definir os conceitos que na época de 2012-2014 foram investigados no Brasil em relação ao tema; 4) *Interpretação Referencial*: momento da análise, propriamente dita. A partir das categorias formadas, houve a leitura das informações organizadas conforme o referencial teórico construído no artigo, o que possibilitou a discussão dos resultados de pesquisa.

5 Apresentação e discussão dos resultados

Com base nas informações processadas pelo software SPHINX, no processo de organização e classificação, foi possível observar que houve uma predominância de artigos de revistas interdisciplinares com *qualis* A2 (58,8%) em relação ao *qualis* B2 (41,2%). Embora a diferença entre os dois não seja grande, é notável a maior quantidade de revistas A2 na área da saúde, o que permite obter uma tendência dos conceitos e referências mais definidas e concentradas a objetivos comuns dessa profissão. A revista de maior frequência foi “Ciência e Saúde Coletiva” como é possível observar no Gráfico 1.

Quanto aos eixos de pesquisa, houve paridade de artigos que se referiram a “políticas públicas” (47,05%) em relação aos que giraram em torno do “Estado” (47,05%). Apenas um artigo centrou-se em “Estado e políticas públicas” (5,88%). É significativo o resultado, pois os dois conceitos não constituem uma unidade de análise na amostra trabalhada, o que permite entender que os resultados se fragmentam em interesses teóricos diversos. Em relação ao tipo de artigo, a maior parte resultou de pesquisa empírica (47,05%), enquanto os demais resultaram de revisão de literatura (41,17%) e reflexões teóricas (11,76%).

Gráfico 1 - Frequência das revistas incluídas na pesquisa (resultados SPHINX).

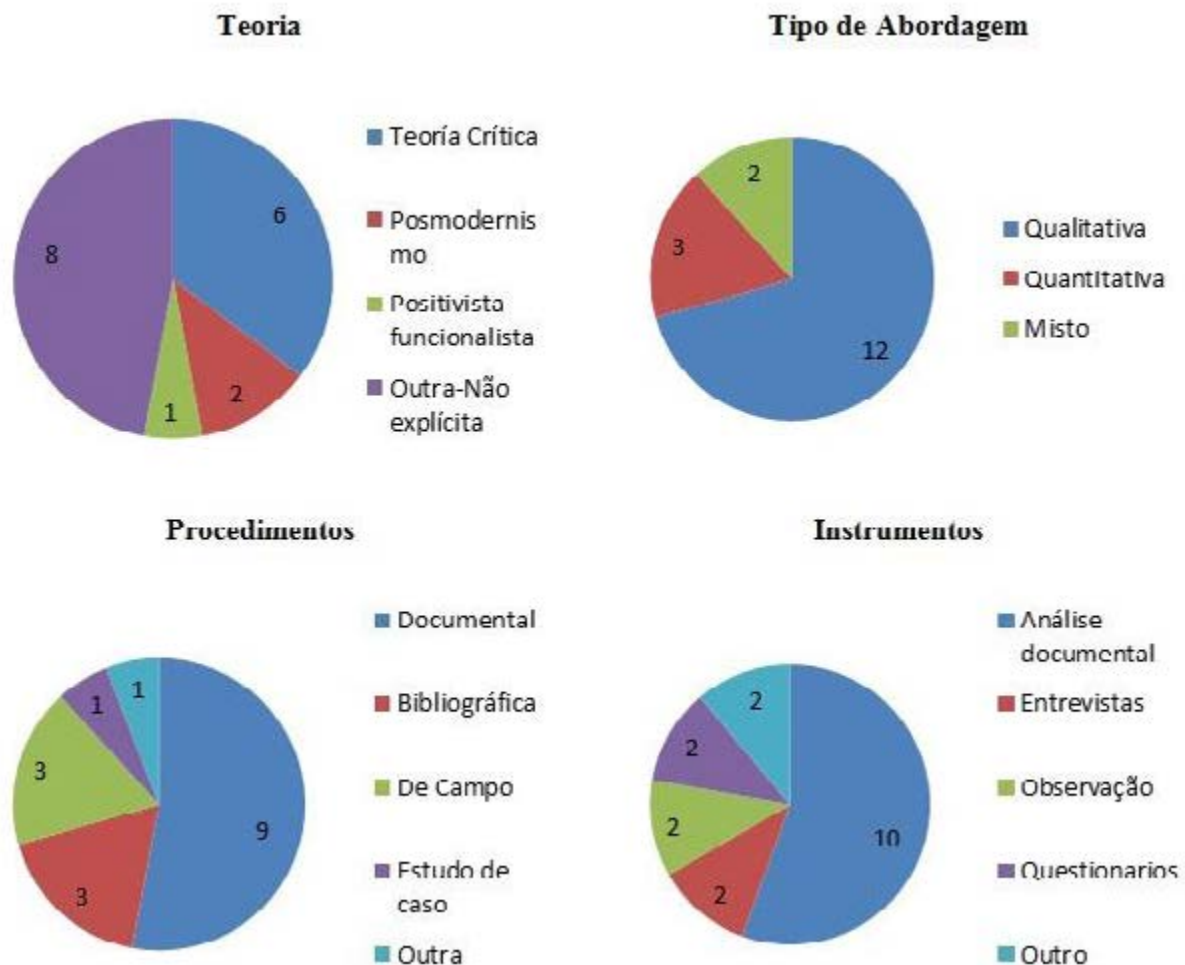


Fonte: Amostra de artigos selecionados.
Org.: Os autores.

Sobre a forma como o objeto se apresentava no artigo, foi possível observar que em 58,8% dos artigos o objeto encontrava-se implícito no texto, ou seja, o autor não apresentou claramente seu objeto de estudo, se era Estado ou Política Pública, ou ambos, e em 41,2% dos artigos o objeto era apresentado de forma explícita.

Quanto ao método, em 70,6% dos artigos a abordagem utilizada foi a qualitativa, enquanto que em 17,6% utilizou-se da abordagem quantitativa. Houve ainda artigos que se valeram de abordagens mistas, totalizando 11,8%. Quanto aos procedimentos de pesquisa, houve predominância de pesquisa documental (52,94%), seguida de pesquisa de campo (29,41%), bibliográfica (17,64%) e estudo de caso (5,88%), havendo artigos que utilizaram mais de um procedimento metodológico. Sobre os instrumentos de pesquisa utilizados, a análise documental predominou, com 70,58%, em relação a entrevistas e observações (11,76%).

Gráfico 2 - Resultados em relação ao método e procedimentos metodológicos



Fonte: Amostra de artigos selecionados.
Org.: Os autores.

Em relação à teoria utilizada, foi expressivo o número de artigos que se valeu da teoria crítica (35,3%) em relação às demais possibilidades, tais como teoria positivista-funcionalista, pós-moderna e outras. A teoria que se sobressaiu foi utilizada para estabelecer críticas ao Estado conservador. Quanto aos principais autores citados nos artigos, tem-se: Judith Butler, Michel Foucault, Hannah Arendt, Boaventura de Sousa Santos, Zygmunt Bauman, Antônio Gramsci, Jürgen Habermas, Giorgio Agamben, Ulrich Beck, David Garland, Loïc Wacquant e Milton Santos.

Além de estabelecer críticas ao Estado conservador, os artigos também fizeram menção ao Estado social democrata. Além destes, 23,52% dos artigos apenas mencionou o Estado e as Políticas Públicas de forma superficial, não sendo possível identificar de qual concepção de Estado o pesquisador se referia no artigo em questão. Interessante observar que a palavra que mais se repete dos artigos analisados é a palavra "saúde", o que significa que as Políticas Públicas de maior visibilidade em revistas interdisciplinares de *qualis* A2 e B2 giram em torno da questão de saúde. Em especial, pode reconhecer-se este fato como consequência da amostra de revistas.

CATEGORIAS "ESTADO" E "POLÍTICAS PÚBLICAS" EM ARTIGOS A2/B2 NA ÁREA INTERDISCIPLINAR

Quadro 1 - Análise Léxica, Tabela de Palavras, Tipo de abordagem e Tipo de Artigo

| | PALAVRAS | TIPO DE ABORDAGEM | | | TOTAL | TIPO DE ARTIGO | | | TOTAL |
|-------------------|-------------|-------------------|--------------|-------|-------|----------------|---------|----------|-------|
| | | Qualitativa | Quantitativa | Misto | | Pesquisa | Revisão | Reflexão | |
| RESUMO | Saúde | 20 | 2 | 0 | 22 | 14 | 5 | 3 | 22 |
| | Estudo | 4 | 8 | 6 | 18 | 16 | 1 | 1 | 18 |
| | Ações | 10 | 3 | 3 | 16 | 9 | 7 | 0 | 16 |
| | Estado | 13 | 1 | 0 | 14 | 2 | 7 | 5 | 14 |
| | Política(s) | 22 | 0 | 0 | 22 | 2 | 19 | 1 | 22 |
| | Proposição | 0 | 6 | 6 | 12 | 12 | 0 | 0 | 12 |
| | Brasil | 10 | 1 | 0 | 11 | 2 | 8 | 1 | 11 |
| | Modelo | 3 | 4 | 4 | 11 | 8 | 0 | 3 | 11 |
| | Públicas | 10 | 0 | 0 | 10 | 1 | 8 | 1 | 10 |
| | Social | 10 | 0 | 0 | 10 | 4 | 2 | 4 | 10 |
| RESULTADO | Estado | 7 | 0 | 0 | 7 | 0 | 2 | 5 | 7 |
| | Acesso | 5 | 1 | 0 | 6 | 4 | 1 | 1 | 6 |
| | Ações | 1 | 1 | 3 | 5 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| | Anos | 1 | 1 | 3 | 5 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| | Atenção | 5 | 0 | 0 | 5 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| | Saúde | 5 | 0 | 0 | 5 | 2 | 1 | 2 | 5 |
| | Serviços | 5 | 0 | 0 | 5 | 1 | 1 | 3 | 5 |
| | Sistema | 5 | 0 | 0 | 5 | 4 | 1 | 0 | 5 |
| | Homens | 0 | 0 | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 | 4 |
| | Incidência | 0 | 0 | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 | 4 |
| CONCLUSÕES | Saúde | 15 | 2 | 0 | 17 | 15 | 1 | 1 | 17 |
| | Estado | 9 | 0 | 0 | 9 | 2 | 3 | 4 | 9 |
| | Direito | 8 | 0 | 0 | 8 | 3 | 4 | 1 | 8 |
| | Violência | 0 | 0 | 8 | 8 | 8 | 0 | 0 | 8 |
| | Estudo | 3 | 1 | 3 | 7 | 6 | 1 | 0 | 7 |
| | Sociais | 7 | 0 | 0 | 7 | 4 | 1 | 2 | 7 |
| | Políticas | 5 | 0 | 1 | 6 | 1 | 3 | 2 | 6 |
| | Resultados | 2 | 2 | 2 | 6 | 4 | 2 | 0 | 6 |
| | Ações | 4 | 1 | 0 | 5 | 3 | 2 | 0 | 5 |
| | Gênero | 3 | 0 | 2 | 5 | 2 | 1 | 2 | 5 |

Fonte: Amostra de artigos selecionados.
Org.: Os autores.

De outra forma, pode se relacionar os conceitos ou palavras desde o tipo de abordagem e o tipo de artigo (Quadro 1). Nessa relação, encontra-se um maior número de pesquisas com abordagem qualitativa nos resumos, principalmente nas palavras "saúde", "política" e "Estado".

Nos resultados dos artigos, a palavra de maior relevância é "Estado", com maior predomínio nas abordagens qualitativas, em seguida nas abordagens mistas e, por último, quantitativas. Quanto aos tipos de artigos, a palavra "Estado" está mais presente em artigos de reflexão e revisão, sendo uma constante na amostra de documentos de análise. Da mesma forma que no resumo,

existe maior heterogeneidade nos tipos de artigo que nos tipos de abordagem. É relevante observar que a palavra “políticas” possui baixa frequência em relação a “Estado”, o que leva a supor que exista um aspecto secundário do conceito “políticas” nas análises da amostra.

Nas conclusões dos artigos, a palavra de maior frequência é “saúde”, seguida de “Estado”, “direito” e “violência”. A maior frequência está no tipo de abordagem qualitativa, o que mantém, em geral, uma visão de pesquisa concentrada em uma forma de trabalho de reflexão teórica. No que se refere ao tipo de artigo, há maior frequência da palavra “saúde” nos resultados de pesquisa, ao contrário da palavra “Estado”, que possui maior heterogeneidade nos três tipos de artigos. Na mesma proporção encontram-se as palavras “sociais” e “políticas”, o que implica uma maior relação entre os conceitos e a forma de pesquisa. Em geral, há maior homogeneidade das palavras em relação ao tipo de abordagem, e maior dispersão ao tipo de artigo na amostra.

A interpretação referencial junto à amostra de artigos nos leva a considerar que há uma diversidade nos objetivos e formas de abordar os conceitos de Estado e políticas públicas para um terceiro momento da pesquisa, a categorização. Pode-se falar de uma relativa dispersão na forma de abordagem, o que se representa na frequência dos conceitos em cada um dos artigos (Quadro 2), como nos textos de número 8 e 17, em que há maior presença, ao contrário em artigos como 6, 7, 9, 14 e 16, em que não há presença nos resumos dos artigos, o que pode se interpretar como se os conceitos fossem secundários ou com pouca importância na construção teórica dos textos. Isso tem relação com a baixa presença dos conceitos de Políticas Públicas (4) e Estado (4) como palavras-chave.

Quadro 2 - Frequência de conceitos nos artigos

| Conceito | Resumos dos Artigos | | | | | | | | | | | | | | | | | Total |
|-----------|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | |
| Estado | ■ | | ■ | ■ | ■ | | | ■ | | | | ■ | ■ | | ■ | | ■ | 9 |
| Políticas | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | | | ■ | | | | | | ■ | 8 |
| Públicas | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | ■ | | | | | | | ■ | | ■ | 7 |
| Social | | ■ | | ■ | | | | ■ | | ■ | | ■ | ■ | | | | ■ | 7 |
| Sociais | | ■ | | | | | | ■ | | ■ | | | | | ■ | | ■ | 5 |

Fonte: Amostra de artigos selecionados.

Org.: Os autores.

O conceito sobre “Estado”, dentro da classificação feita na revisão de literatura, corresponde, em sua maioria, à discussão pela participação na configuração dos direitos sociais, em especial sua participação no desenvolvimento do país ou região. Pode-se relacionar isto com a classificação trazida por Sônia Fleury de *Estado como relação*, pois não se faz uma crítica de sua participação e presença na vida dos particulares. Na maioria dos textos, o Estado é concebido como um agente de ordenamento econômico e social necessário para o desenvolvimento (FAGUNDES; DANILEVICZ, 2014).

Embora a maioria dos artigos aborde o conceito de Estado de forma superficial ou secundária, há um artigo dos autores Bolzan e Dezordi (2012), no qual se debate a pertinência do conceito de Estado de Bem Estar Social. O diferencial do artigo é que os autores apresentam outra forma de conceber o Estado, a partir da perspectiva de Habermas e sua concepção de Estado consensual.

Na expressão de Habermas, o Estado de Bem-Estar é um projeto que se alimenta dos restos da utopia da sociedade do trabalho, pressupondo que as intervenções estatais podem garantir a coexistência pacífica entre capitalismo e democracia. Com efeito, é este modelo de Estado que permite um novo tratamento da questão social, que deixa de ser compreendida como um "caso de polícia" e passa a ser tratada como um "caso de políticas públicas (sociais)" voltadas ao enfrentamento dos problemas gerados pela escassez" (BOLZAN; DEZORDI, 2012, p. 109).

Para os autores, o problema principal do Estado de Bem-Estar é seu esgotamento na atualidade, o que permite uma transformação do Estado penal, como uma característica sobre a ideia de risco e desproteção na globalização e o medo social do terrorismo internacional. Não obstante, uma ideia de "profanação" do Estado de Bem-Estar como uma reinvenção do conceito pode ter um impacto positivo nessa mudança.

Por outro lado, o conceito de Políticas Públicas tem maior centralidade no debate da amostra de artigos. Embora exista paridade entre artigos que adotam como eixos "Estado" e "Políticas Públicas", o conceito de "Políticas Públicas" aparece de forma explícita nos artigos em contraposição ao "Estado", que apresentam uma necessidade de análise e proposta de Políticas Públicas na realidade como forma de mudança da desigualdade social. O artigo de Sampaio e Pires (2014) sobre gênero é relevante para o debate político, criticando as condições de aplicação e controle para a promoção social das minorias.

As políticas específicas para a população LGBT no Brasil se constroem como uma tentativa de agregar uma "minorias sexual" que não é contemplada pelas políticas existentes, em resposta às reivindicações do movimento LGBT. Contudo, tais políticas, à medida que institucionalizam determinadas demandas, também funcionam como um dispositivo de controle da sexualidade. Os documentos referentes às políticas públicas funcionam como dispositivo de controle, uma vez que produzem práticas e determinam quais os modos de viver que são possíveis ou desejáveis. (SAMPAIO; PIRES, 2014, p. 293)

A crítica principal do artigo diz respeito aos discursos que permitem a produção de controles que limitam os direitos sexuais e sociais da população minoritária, o que produz uma contradição entre as liberdades e os direitos civis. Outro aspecto específico trabalhado sobre as Políticas Públicas, de forma central, é a inclusão escolar. No artigo de Lorenzoni e Hillesheim (2014) encon-

tra-se um debate da forma como as Políticas Públicas permitem a regulamentação para a promoção social dos sujeitos ou cidadãos. Também se faz referência à utilidade das Políticas Públicas como ação que promove a universalidade dos direitos, nesse caso o direito à educação. Para os autores:

[...] as políticas públicas funcionam como condições de possibilidade para que ordens sociais sejam criadas e mantidas e para que outras práticas e verdades sejam estabelecidas. A linguagem fala das práticas e ela própria é produto de práticas, assim como o nosso pensamento, o que torna impossível dissociar teoria de prática, pois "a teoria já é uma prática" (LORENZONI; HILLESHEIM, 2014, p. 141).

Outros exemplos de construção e aplicação de Políticas Públicas se encontram nos artigos: 1) "*Combate ao Tabagismo no Brasil: a importância estratégica das ações governamentais*" de Tavares et. al. (2014), no qual se expõe os alcances da lei antitabaco no Brasil fazendo uma avaliação pertinente à saúde da população; e 2) "*Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais*" (GRUDTNER; COELHO; NJAINE, 2014), que também aborda as implicações das Políticas Públicas na violência intrafamiliar como resposta de ações concretas à realidade do Sul do Brasil, em especial nas zonas rurais.

Diante dos artigos analisados, foi possível observar que o debate contemporâneo nos periódicos de *qualis* A2 e B2 sobre "Estado" é algo incipiente, tendo em vista que, em muitos casos, a categoria "Estado" apresentava-se de forma implícita no artigo, ou seja, o autor não assumiu essa categoria como objeto de análise e discussão, cabendo o exercício de identificar a concepção assumida pelo autor no entendimento de "Estado". Conforme sistematizado na fundamentação teórica desse artigo, existem diferentes concepções de Estado, inclusive há destaque para a sua natureza contraditória, portanto, deve-se ter uma preocupação em explicitar qual a concepção está fundamentando a pesquisa em processo, o que vai rebater diretamente na concepção de Política Pública que está, também, sendo analisada.

Em relação às Políticas Públicas, transparece um mesmo nível de entendimento sobre a concepção de Políticas Públicas nos artigos analisados, em destaque para uma não vinculação direta, na maioria dos artigos, entre Estado e Políticas Públicas, ou seja, contrária à sistematização proposta na fundamentação teórica deste artigo, como relacionamento do Estado com a sociedade civil por meio de Políticas Públicas. Estado e Políticas Públicas constituem uma relação orgânica e ambos expressam o modo como se desenha a relação entre Estado e sociedade. Por fim, observou-se grande preocupação da área de saúde em relação às Políticas Públicas, enquanto campo de estudo, sendo essa categoria apresentada de forma explícita nos artigos, possivelmente, pelo comum entendimento de saúde como um direito, além do maior número de publicações existentes na área da saúde.

6 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo principal compreender o debate contemporâneo, no contexto das Ciências Sociais Aplicadas, acerca de Estado e Políticas Públicas nos trabalhos acadêmicos interdisciplinares do período de 2012 a 2014, notadamente no que se refere à concepção, objeto, metodologia empregada e aos resultados alcançados (consideradas como categorias de análise). Com base na amostra dos artigos pesquisados, por meio de análise léxica e de conteúdo, foi possível observar que o conceito de Estado tem pouca relevância para o debate teórico dentro dos estudos ou pesquisas feitas pelos autores. Isso não quer dizer que não exista uma concepção de Estado relevante para o debate, mas ele é concebido como um fato dado, como um conceito que não requer maior reflexão na medida em que parece se construir como um sujeito autônomo. Ao contrário, as questões relacionadas às Políticas Públicas têm maior importância nas pesquisas analisadas, obtendo um debate de aplicação e luta pelos direitos dos cidadãos, o que obriga aos autores a fazer uma reflexão mais profunda das implicações de suas concepções.

Em geral, a ideia de Estado e Políticas Públicas nos artigos A2 e B2 da área interdisciplinar entre os anos 2012 e 2014, apresentam uma relativa homogeneidade no tipo de abordagem, nas pesquisas qualitativas, e maior heterogeneidade no tipo de artigos. O conceito de Estado com maior relevância e fundamentação é o conceito de Estado de Bem-estar, embora não tenha muito desenvolvimento nos artigos. A Política Pública e sua prática como eixo teórico apresentam relevância para o setor acadêmico, pois apresenta o maior número de publicações, mesclando pesquisa de campo e revisão de literatura, o que imprime uma maior integração teórico-prática na área interdisciplinar.

Portanto, a lacuna observada no debate contemporâneo sobre Estado e Políticas Públicas em periódicos interdisciplinares com *qualis* A2 e B2 encontra-se na ausência de profundidade teórica com que as categorias são apresentadas, em particular à categoria "Estado", bem como no número reduzido de pesquisas de campo, que abordem efetivamente o contexto de realização das diferentes concepções de Estado e Políticas Públicas.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.
- BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes da. Estado e Políticas Públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, Odária (org.) **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba/Pr: CIPEC, 2007 (Série Núcleos de Pesquisa;9).
- BOLZAN, Jose; DEZORDI, Maiquel. A crise do Welfare State e a hipertrofia do Estado Penal. **Direito, Estado e Sociedade**, n.41, 2012, p. 107-129.
- BRASIL. Fundação CAPES. Classificação da produção intelectual. Ministério da Educação. Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>> Acesso em: 04 Dez 2015.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: _____. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 39.
- FAGUNDES, Paulo; DANILEVICZ, Analúcia. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. **Revista Brasileira De Política Internacional**, vol. 57, nº 2, 2014, p. 176-195.
- FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- GRÜDTNER DA SILVA, Anne; COELHO, Elza; NJAINE, Kathie. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciência e saúde coletiva**, vol.19, nº 4, 2014.
- LORENZONI, Leticia; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, 26(n. especial.), 2014, p. 140-149.
- PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo, Cortez, 2009.
- _____. Estado, sociedade e esfera pública. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboração de José Augusto de Souza Peres et al., 3. Ed., 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- SAMPAIO Juliana; PIRES Idilva. Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a ALCA. **Psicologia & Sociedade**, vol. 26, nº 2, 2014, p. 290-300.
- SOUZA, Celina. “Estado da Arte” da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais. In: **Anais do XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) GT: Políticas Públicas Caxambu, MG, 21-25 de outubro de 2003**, p. 1-16.